



Facebook, Google e Microsoft negam ter agido em espionagem

Em audiência no Senado, porta-vozes de empresas multinacionais de internet disseram que não fizeram quebra generalizada do sigilo dos dados de usuários

Para debater a rede de monitoramento montada pelo governo dos Estados Unidos, que teve acesso a e-mails e telefonemas de cidadãos do mundo inteiro, inclusive do Brasil, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional fez ontem uma audiência pública com representantes das empresas de internet Microsoft, Google e Facebook. Eles negaram

ter participado de qualquer rede de espionagem e afirmaram que os dados de apenas alguns usuários foram liberados às autoridades americanas — e em atendimento a leis do país ou a decisões judiciais. “Então o senhor Edward Snowden é um mentiroso?”, questionou o senador Ricardo Ferraço, referindo-se ao americano que denunciou a rede de espionagem. **3**



José Cruz/Agência Senado

Ao lado dos porta-vozes das multinacionais, o senador Ferraço preside a audiência sobre as acusações de espionagem

Marcos Oliveira/Agência Senado



Vital do Rêgo (C) coordena debate na CCJ entre representantes dos advogados, Coêlho, e dos juizes, Calandra

PEC dos Recursos opõe advogados e magistrados

Em debate na CCJ, presidente da OAB diz temer pelo direito constitucional à defesa, enquanto presidente da AMB vê texto como esperança para diminuir a impunidade. **5**

Leilão de petróleo com estrangeiros ameaça soberania, dizem sindicatos **7**

LDO pode não ser aprovada antes do fim de agosto, reconhece Lobão **2**

Plenário avalia novos concursos para substituir terceirizados **4**

Acordo permite votar compensação a estados e municípios **8**



Paim (3º à dir.) preside debate na CDH sobre a oferta de escolas especializadas para alunos com necessidades especiais

José Cruz/Agência Senado

Apae defende preferência na educação especial

Em audiência pública na CDH, representantes das Apaes expressaram temor pelo futuro das organizações se aprovada a universalização do atendimento aos alunos com deficiência na rede de ensino, defendida pelo governo no Plano Nacional de Educação. **6**

GUIA DE FONTES DE INFORMAÇÃO SOBRE O SENADO FEDERAL

Muitas obras, uma publicação

Chegou o *Guia de Fontes de Informação sobre o Senado Federal*: um importante instrumento de consulta sobre o Parlamento brasileiro. Para conhecer o funcionamento e a importância do Poder Legislativo, consulte o guia. **Baixe gratuitamente a versão digital do guia ou compre a versão impressa em www.senado.leg.br/guiadefontes**



Prazo para que o Executivo envie a Lei Orçamentária para o Congresso é 31 de agosto; governo, no entanto, precisa adequar proposta à Lei de Diretrizes Orçamentárias

Lobão admite que prazo é curto para aprovar LDO

O PRESIDENTE DA Comissão Mista de Orçamento (CMO), senador Lobão Filho (PMDB-MA), admitiu a possibilidade de que não seja possível cumprir o prazo para votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) antes do dia 31 de agosto, prazo final para que o governo envie ao Congresso o Projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA).

— Nós estamos apertadíssimos em relação ao prazo — reconheceu o senador.

O senador lembra que, como a Comissão Mista de Orçamento conseguiu aprovar a LDO provisória, foi aberto prazo para as emendas, que se encerrou ontem. O relator, deputado Danilo Forte (PMDB-CE), terá uma semana para poder receber e acatar ou não essas emendas, de acordo com Lobão Filho.

O presidente da CMO avalia que, após o período de apreciação das emendas, a discussão dentro da comissão será provavelmente extenuante.

— Alguns parlamentares podem pedir que sejam votadas em separado determinadas emendas, isso tudo vai consumir tempo — calcula.

O senador afirmou que a comissão vai se empenhar para concluir a votação da LDO a

tempo e poder enviá-la para a Presidência da República, para que a LOA possa ser encaminhada também dentro do prazo regimental para o Congresso.

— Se isso não ocorrer, e é possível que não ocorra, provavelmente o governo vai encaminhar um projeto de lei orçamentária e teremos que devolver esse projeto para o governo para ele readequar à nossa LDO — avalia.



Lobão Filho fala à imprensa sobre a dificuldade de aprovar a LDO a tempo

Comissões fazem sugestões ao texto e ao Anexo de Metas

Cada comissão permanente do Senado e da Câmara tem direito a apresentar à CMO até cinco sugestões ao Anexo de Metas e Prioridades da LDO, das quais três deverão ser aprovadas. Nas emendas de texto, o número permitido às comissões é ilimitado.

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) aprovou 14 emendas: 4 de metas, apresentadas por Valdir Raupp (PMDB-RO) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), e 10 de texto, apresentadas por Rodrigo Rollemberg (PSB-DF).

Na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), foram selecionadas 5 emendas de metas entre as 23 apresentadas, incluindo indenizações a donos de títulos de terras em áreas de demarcação indígena. Das emendas de texto, serão encaminhadas as 44 recebidas.

As 5 emendas de metas escolhidas pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) foram elaboradas a partir da junção de boa parte

das 38 propostas apresentadas. Ao texto, foram 12 emendas.

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) recebeu 21 sugestões e aprovou as apresentadas por Cyro Miranda (PSDB-GO), Vanessa Grazziotin, Wilder Moraes (DEM-GO), Romero Jucá e Lúcia Vânia (PSDB-GO). Das emendas de texto, aprovaram-se 22.

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aglutinou em 5 as 58 sugestões que recebeu para o Anexo de Metas. As emendas de texto foram 12.

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) recebeu 31 propostas de emendas, das quais 9 eram de redação (5 seguem para a CMO) e 22 de ações no Anexo de Metas.

Das 5 emendas ao Anexo de Metas aprovadas pela Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR), 2 beneficiam o turismo e outra apoia a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano.

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação

Participativa (CDH) recebeu 13 sugestões e aprovou 5, em 4 eixos: enfrentamento ao racismo, promoção dos direitos humanos e atendimento às mulheres, além da defesa de direitos do público gay. Todas as 40 propostas de emenda ao texto foram aprovadas.

Na Comissão de Educação e Cultura (CE), foram oferecidas 70 propostas, sendo 63 ao Anexo de Metas — das quais 5 foram selecionadas para a CMO — e 7 de redação.

As 5 emendas ao Anexo de Metas aprovadas pela Comissão de Infraestrutura (CI) referem-se a aspectos de execução e fiscalização de obras e serviços, e 3 visam à ampliação da malha ferroviária.

As 5 emendas ao Plano de Metas escolhidas pela Comissão de Relações Exteriores (CRE) foram selecionadas dentre 56, com prioridade para as ações contempladas com mais propostas de emendas. Para o texto, foram sugeridas 46.

Eduardo Lopes comemora aprovação da PEC do Orçamento Impositivo

Em discurso na quarta-feira, Eduardo Lopes (PRB-RJ) elogiou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 565/2006, aprovada pela Câmara no dia anterior. Conhecida como PEC do Orçamento Impositivo, a proposta tira do governo federal a prerrogativa de escolher a quais emendas parlamentares liberará recursos orçamentários.

O senador afirmou que todo parlamentar sabe como é atender prefeitos e representantes de outros órgãos, preparar as

emendas e ver pouca coisa realizada. A proposta poderia acabar com essa situação.

De acordo com o senador, pelo menos um terço das emendas deverá ser para a saúde. Eduardo Lopes disse, no entanto, que os líderes do Senado já trabalham em um acordo para que a área da saúde receba pelo menos metade dos recursos das emendas individuais. O



parlamentar assinou que já entrou em contato com os deputados do partido sobre essa possível alteração a ser implementada quando a matéria chegar ao Senado.

— Aqui no Senado vamos debater e encontrar a convergência dos líderes para aprovar a PEC do Orçamento Impositivo, com 50% para a saúde. Isso é muito bom — disse o senador.

Propostas das comissões

Em princípio, as ações do Anexo de Metas e Prioridades da LDO ficam mais protegidas contra eventuais cortes, daí o interesse que despertam. Em alguns casos, as cinco propostas de emendas de cada comissão aglutinam número maior ou menor de temas

CRE • Implantação do Sistema de Defesa Estratégico Astros 2020 • Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron) • Construção de navios-patrolha oceânicos de 500 toneladas • Elaboração do projeto de arquitetura do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Sul • Ensino profissional marítimo

CI • Construção de um ramal, na Paraíba, para a Ferrovia Transnordestina • Construção de trecho na Estrada de Ferro Paraná Oeste (Ferroeste), entre Maracaju, em Mato Grosso do Sul, e Cascavel, no Paraná • Ligação ferroviária entre Palmas e Uruçu (GO), na Ferrovia Norte-Sul • Duplicação da rodovia BR-452, em trecho que passa pelo município goiano de Rio Verde • Duplicação da BR-364, no trecho entre Porto Velho e Vilhena (RO)

CDR • Apoio a projeto de infraestrutura para turismo • Qualificação e certificação de profissionais, equipamentos, serviços e produtos para o desenvolvimento do turismo • Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano • Projeto de acessibilidade de pessoas com deficiência • Apoio às comunidades atingidas por desastres e calamidades

CCT • Implantação do Sistema de Defesa Estratégico Astros 2020 • Concessão de bolsas de formação e qualificação de pesquisadores e profissionais em ciência e tecnologia • Estímulo à pesquisa, desenvolvimento e inovação em tecnologias da informação e da comunicação • Apoio à criação e ao desenvolvimento de museus

CAS • Fiscalização para erradicação do trabalho escravo • Assistência médica qualificada e gratuita para todos os níveis da população • Desenvolvimento de atividades de educação e de pesquisa no campo da saúde • Serviços sociais autônomos da Associação das Pioneiras Sociais • Implantação e implementação de políticas de atenção integral à saúde da mulher • Implantação de políticas de atenção da saúde da pessoa com deficiência • Estruturação de unidades de atenção especializada em saúde

CAE • Capacitação de micros e pequenas empresas, empreendedores individuais e potenciais empreendedores • Apoio ao desenvolvimento de cadeias produtivas e de arranjos produtivos locais • Promoção do desenvolvimento de micros e pequenas empresas • Estruturação produtiva do artesanato brasileiro • Fomento ao desenvolvimento de micros, pequenas e empresas de médio porte

CRA • Recursos para pesquisa e desenvolvimento de tecnologias para agropecuária • Verba para transferência das tecnologias desenvolvidas • Recursos para apoio ao pequeno e médio produtor, dentro do Programa de Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização • Assistência técnica e extensão rural para agricultura familiar • Fomento à produção pesqueira e aquícola

CCJ • Indenizações em áreas indígenas • Gestão de política sobre drogas • Estratégia Nacional de Segurança Pública (Enafon) • Apoio à estruturação, reaparelhamento, modernização organizacional e tecnológica das instituições de segurança pública • Reestruturação e modernização do sistema criminal e penitenciário

CMA • Fomento de estudos e empreendimentos para mitigação e adaptação às mudanças climáticas • Implementação de planos, projetos, obras e equipamentos para a coleta seletiva de resíduos sólidos urbanos • Monitoramento contínuo das emissões setoriais dos gases de efeito estufa

CE • Infraestrutura para a educação básica • Tecnologia da informação e comunicação para a educação básica • Expansão e reestruturação de instituições federais de educação profissional e tecnológica • Apoio a entidades de ensino superior não federais • Implantação e modernização de infraestrutura para esporte educacional, recreativo e de lazer

CDH • Administração de desigualdades de gênero e étnico-raciais • Aumento real aos benefícios do INSS • Programas e ações voltados ao enfrentamento à violência doméstica contra as mulheres • Ações vinculadas ao Plano Brasil sem Miséria • Garantia ao direito de informação

AVISO

Comunicamos que, em virtude das manifestações previstas para amanhã, dia 17, o Programa **Visite o Congresso** ficará suspenso, não sendo permitidas quaisquer visitas.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Discursos

9h A sessão é não deliberativa, sem votação de projetos.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **9h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Em audiência sobre esquema de espionagem dos EUA, empresas dizem que apenas abriram dados por determinação legal e judicial

Facebook, Google e Microsoft negam ter feito quebra generalizada de sigilos

REPRESENTANTES DAS GI-GANTES da internet Google, Facebook e Microsoft negaram no Senado ter colaborado com a NSA, agência de segurança nacional dos Estados Unidos, no esquema de monitoramento de mensagens eletrônicas de cidadãos de todo o mundo, inclusive do Brasil.

A denúncia foi feita por Edward Snowden, ex-funcionário de uma empresa que prestou serviços para a NSA.

Marcel Leonardi, diretor de Políticas Públicas do Google no Brasil, disse que nenhuma das três companhias permitiria que algo assim acontecesse:

— E por um motivo simples: a base da existência das companhias é a confiança que o usuário deposita em seus serviços.

O gerente de Relações Governamentais do Facebook no Brasil, Bruno Magrani, declarou que a empresa nunca participou de programa que garantisse acesso aos dados dos usuários.

O diretor-geral Jurídico e de Relações Institucionais da



Observado pelo senador Ricardo Ferraço, o porta-voz do Google, Marcel Leonardi, fala na audiência pública da comissão

Microsoft no Brasil, Alexandre Esper, frisou que nenhum usuário da companhia jamais teve os dados devassados por nenhum governo.

Magrani, do Facebook, citou números que, a seu ver, comprovam a escala limitada do fornecimento de dados às autoridades americanas: só 0,00002% das contas foram alvo de requisições do governo dos EUA nos últimos seis meses de 2012. Como o Facebook tem 1,5 bilhão de contas, 19

mil tiveram o sigilo quebrado por requisições judiciais, “em conformidade com as leis” americanas.

Google e Microsoft alegaram razões coincidentes para ter uma posição diferente do Facebook na publicação de números relacionados com a quebra de sigilo.

Leonardi, do Google, divulgou correspondências solicitando autorizações para tornar públicos dados genéricos de requisições feitas pelas

autoridades, inclusive as baseadas numa lei dos anos 70 que permite vigilância de suspeitos de espionagem e terrorismo. Esper, da Microsoft, informou que em julho a empresa pediu ao procurador-geral de Justiça dos EUA, Eric Holder, autorização semelhante. Os pedidos do Google e da Microsoft ainda não tiveram resposta.

A audiência pública foi realizada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Empresas: localização de data centers é irrelevante

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) lembrou que o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, apontou como uma das razões da vulnerabilidade da internet o fato de a maioria dos servidores-raiz da rede estarem nos Estados Unidos e, por esse fato, empresas como o Google fornecerem dados com base nas leis americanas, mesmo os referentes a cidadãos de outros países.

Os três representantes foram unânimes em declarar que a localização dos data centers é irrelevante, porque suas empresas têm acesso aos dados independentemente do local físico onde eles estiverem armazenados. O que importa, como asseguraram, é a obrigação de prestar informações solicitadas de acordo com a lei de cada país.

Alexandre Esper, da Microsoft, informou que no ano passado a empresa atendeu 2.214 pedidos da Justiça brasileira, relacionados a 4.176 contas de cidadãos do país.



José Cruz/Agência Senado

“Então Snowden mente?”, questiona Ferraço

Como as três empresas garantiram a segurança dos dados de seus usuários, o presidente da CRE, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), perguntou se as informações divulgadas por Edward Snowden (foto) eram falsas.

— Então o senhor Snowden é um mentiroso? — questionou Ferraço.

Para os porta-vozes das empresas, as “especulações” em torno do assunto podem ter sido alimentadas pelas obrigações de sigilo quanto ao número de pedidos relacionados com a segurança nacional dos EUA. Por causa disso, Google, Microsoft, Facebook e várias outras provedoras de serviço de web pediram às autoridades americanas que tornem mais transparentes as requisições relacionadas à segurança.

Para Ferraço, a NSA se tornou uma poderosa máquina de espionagem. Ele afirmou que as explicações iniciais dadas pelo governo americano foram “muito superficiais”.



Reprodução/Wikivoy

Cyro defende mudança no projeto do marco civil

Ante as denúncias de violação da privacidade dos usuários, o senador Cyro Miranda (PSDB-GO) levantou a possibilidade de rever o Marco Civil da Internet no Brasil, que tramita na Câmara (PL 2.126/2011).

Os representantes das três empresas foram unânimes na defesa da proposta, que estabelece princípios como neutralidade, privacidade e responsabilidade civil de usuários e provedores.

Ricardo Ferraço e Aloysio Nunes Ferreira perguntaram a Marcel Leonardi, do Google, sobre a notícia de que a empresa admitiu, por meio de um documento apresentado por seus advogados em uma ação judicial nos EUA, que os usuários do Gmail (serviço de e-mail do Google) “não podem ter uma expectativa razoável” de que a confidencialidade dos e-mails seja respeitada.

Leonardi respondeu que a empresa faz apenas um processamento automático das mensagens.



José Cruz/Agência Senado

Parlamentares vão à posse de novo presidente paraguaio

A cerimônia de posse do novo presidente do Paraguai, Horacio Cartes, ontem, foi acompanhada pelos senadores Ana Amélia (PP-RS), Roberto Requião (PMDB-PR) e Luiz Henrique (PMDB-SC). Na ocasião, Cartes declarou “guerra à pobreza” no Paraguai e anunciou a criação de um “ambiente de previsibilidade econômica e segurança jurídica” para os empreendedores.

Para Ana Amélia, o discurso do novo presidente foi feito na “linguagem clara de um bem-sucedido empresário”. Na opinião da senadora, se Cartes colocar em prática tudo o que disse no discurso de posse, mudará o perfil político e econômico do Paraguai.

O presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul), deputado Newton Lima (PT-SP), disse estar “bastante otimista” em relação à reintegração do Paraguai ao bloco e à reinstalação do órgão legislativo regional, cuja última sessão ocorreu em dezembro de 2011.

Pontes

O deputado elogiou a disposição da presidente Dilma Rousseff de criar “pontes de aproximação” com o Paraguai, que foi suspenso do Mercosul e da União de Nações Sul-Americanas (Unasul) depois da decisão do Parlamento paraguaio de retirar do poder o então presidente Fernando Lugo. Enquanto o Paraguai estava suspenso, os demais países do bloco aceitaram a integração da Venezuela, cujo ingresso no Mercosul dependia, até então, da aprovação de seu pedido de participação no bloco pelo Parlamento paraguaio. Hoje, a Venezuela exerce a presidência pro tempore do Mercosul.

— Dilma pediu ao novo presidente do Paraguai para que o país volte ao Mercosul, mas ele ainda não disse quando isso acontecerá, até porque o Paraguai tem problemas com a presidência da Venezuela. O impasse ainda não foi resolvido — relatou.

Aprovada isenção de visto para Geórgia

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem acordo de isenção parcial de vistos com a Geórgia. Assinado em 2012, o texto permite a brasileiros e georgianos o ingresso, a saída, a permanência e o trânsito no território do outro país para fins de turismo e negócios, sem a necessidade de visto.

A isenção de visto valerá por até 90 dias, renovável por igual período, desde que a estada não exceda 180 dias por ano. O visto de negócios aplica-se à visita de cidadãos com o propósito de comparecer a reuniões de negócios, negociar contratos ou participar de outras atividades que não caracterizem emprego.

Ferraço lamenta morte de piloto da 2ª Guerra

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) lamentou a morte de Rui Moreira Lima, piloto de combate na 2ª Guerra Mundial. O militar integrou o 1º Grupo de Aviação de Caça da Força Aérea Brasileira (FAB) e participou de 94 missões na Itália.

— É fundamental reverenciarmos

aqueles que honraram o povo brasileiro na 2ª Guerra — disse Ferraço.

Rui Moreira Lima foi um opositor ao regime militar de 1964. Seu depoimento à Comissão Nacional da Verdade, em 2012, levou à apuração de violações de direitos humanos sofridas por militares.

Reavaliação do número de vagas a serem criadas se tornou necessária devido à entrada em vigor de leis que tratavam do mesmo assunto

Volta ao Plenário texto que cria vagas para substituir terceirizados federais

A COMISSÃO DE Constituição e Justiça (CCJ) reexaminou ontem o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 123/2012, que cria vagas em cargos efetivos do governo federal, a serem preenchidas por concurso público em substituição a mão de obra terceirizada. Com a aprovação de três novas emendas, destinadas a ajustar o quantitativo de alguns cargos, a proposta voltou a tramitar em regime de urgência no Plenário, onde já havia sido aprovada na quarta-feira, quando criava 2.622 vagas.

Equívocos identificados pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, no parecer aprovado pela CCJ em março motivaram a reavaliação. As falhas surgiram durante a tramitação em função da entrada em vigor de leis que também dispunham sobre o número de vagas em cargos. As correções técnicas foram feitas pelo relator substituto, Romero Jucá (PMDB-RR).



Pedro França/Agência Senado

Jucá fez correções técnicas no projeto, que já havia sido examinado pela CCJ

Após ser aprovado pelo Plenário do Senado, o texto será enviado à sanção.

As modificações se restringiram aos seguintes cargos: analista de comércio exterior, técnico administrativo da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e analista de infraestrutura.

No caso de analista de comércio exterior, foram mantidas as 330 novas vagas. A mudança se refere ao total

de postos efetivos nesse cargo, que é de 730, e não de 610, como constava anteriormente no projeto. A correção foi necessária por não terem sido contabilizadas 120 vagas já criadas pela Lei 12.545/2011. Só tinham sido somadas às 330 novas vagas as 280 criadas pela Lei 9.620/1998.

A comissão também confirmou, na votação de ontem, as 93 novas vagas para técnico administrativo da Anvisa.

A emenda aprovada no colegiado apenas fez um ajuste entre o total de vagas efetivas (150) contido na Lei 10.871/2004 — modificada, recentemente, pela Lei 12.823/2013 — e o especificado no anexo do PLC 123/2012 (243, incluindo as 93 novas).

Apesar de não ter ampliado as 150 novas vagas para o cargo efetivo de analista de infraestrutura, a terceira emenda aprovada pela CCJ corrigiu de 950 para 1.200 o total de vagas permanentes na função. A proposta totalizava 950 vagas por ter somado as 150 novas com as 800 já existentes, criadas pela Lei 11.539/2007. O descompasso nesse montante foi gerado com a edição da Lei 12.823/2013 — que alterou a Lei 11.539/2007 — após a aprovação do parecer pela CCJ. Diante do fato, não foram somadas às 150 vagas propostas e às 800 já criadas mais 250 previstas naquela lei.

Audiência debate segurança no serviço público

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) realiza segunda-feira, às 9h, audiência para debater a segurança no trabalho no serviço público. O requerimento para a audiência foi apresentado por Paulo Paim (PT-RS).

Foram convidados Regina Maria de Luca Miki, secretária nacional de Segurança Pública; José Roberto Senno, presidente da Associação Nacional dos Servidores Públicos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos do Poder Executivo Federal; José Delfino Lima, diretor financeiro da Associação Nacional de Engenharia de Segurança do Trabalho; Celso Berilo, diretor financeiro da Associação Brasileira de Engenharia de Segurança do Trabalho; Francisco Machado, presidente da Associação Nacional de Engenharia de Segurança do Trabalho; e Francisco Edison Sampaio, presidente da Associação Goiana de Engenharia de Segurança do Trabalho.

Ângela defende PEC que beneficia servidor de Roraima e Amapá

Ângela Portela (PT-RR) esclareceu que o partido não é contra a proposta de emenda à Constituição (PEC 111/2011) que inclui nos quadros da União os servidores que trabalharam no Amapá e em Roraima de outubro de 1988 a outubro de 1993, durante o período de transição dos dois ex-territórios para estados.

Ela reafirmou apoio incondicional à proposta e disse que participa de articulação em busca do consenso entre as bancadas dos estados e o Ministério do Planejamento para a aprovação da proposta, a ser votada em segundo turno na Câmara e, depois, no Senado.

Segundo a senadora, o governo aguarda estudo de impacto financeiro da mudança. — Isso significa responsabilidade com os recursos públicos. A PEC irá acabar com a pendência do governo com os servidores admitidos à época, com remuneração custeada pela União — afirmou.



Lia de Paula/Agência Senado

Para o senador, ações violentas de encapuzados são "intoleráveis"

Aloysio Nunes condena violência nas manifestações

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) lamentou o que chamou de deterioração da política e dos serviços públicos. Segundo ele, não faltam motivos para protesto, indignação e até cólera dos brasileiros em relação ao país e, em especial, à esfera pública. Ele ponderou, no entanto, que nada justifica a violência.

— Essas manifestações são intoleráveis — declarou.

Ele condenou grupos encapuzados, chamou militantes do PSTU de "pseudo-revolucionários" e questionou se existe verba oficial no grupo Mídia Ninja — um dos mais presentes nos protestos. Ele classificou a tentativa de invasão do Hospital Sírio-Libanês como "desumana e covarde".

Aloysio condenou ainda os protestos contra o governador do Rio, Sérgio Cabral, que, para ele, lembram o fascismo, e a violência nos atos contra um possível cartel nas obras do metrô de São Paulo.

Cristovam Buarque lamenta ausência de senadores em Plenário

Falando sobre os recentes protestos populares em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, Cristovam Buarque (PDT-DF), diante de um Plenário esvaziado pela proximidade do fim de semana, lamentou a ausência de senadores. Para ele, a tentativa de invasão do Hospital Sírio-Libanês, em São Paulo, ocorrida na quarta-feira, deveria ser abordada urgentemente pelos parlamentares.

— Enquanto todos os protestos estão acontecendo, a gente não enche esta Casa.

Em aparte, Valdir Raupp (PMDB-RO) destacou o esforço do governo para levar médicos às cidades do interior.

Na quarta-feira, Cristovam comentou a ocupação da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, advertindo que o acontecimento marca o esgotamento do modelo tradicional da política. Ele considera que os protestos sinalizam o descontentamento do povo com o Poder Legislativo.



Moreira Mariz/Agência Senado

Cristovam contrapõe os protestos nas ruas ao Plenário vazio do Senado



Moreira Mariz/Agência Senado

Amorim alerta para o crescimento da violência no estado de Sergipe

Eduardo Amorim cobra melhoria em serviços públicos

A má qualidade dos serviços públicos foi criticada por Eduardo Amorim (PSC-SE) em discurso no Plenário na quarta-feira. O parlamentar destacou o que considerou "números alarmantes" da crescente violência no país, a situação precária da educação e a necessidade de destinar mais recursos para investimentos na saúde.

Amorim afirmou que a insegurança pública é um dos problemas mais graves do país. Segundo o senador, a violência cresceu no estado dele, Sergipe, que ocupa a sexta colocação no ranking de estados mais violentos do Brasil. Em contrapartida, os investimentos em segurança pública sofreram redução em todo o país.

Quanto à saúde, Amorim defendeu a proposta de aumento da parcela de recursos federais para o setor. Na opinião dele, um financiamento mais justo da saúde não seria gasto, mas investimento.

Pinheiro elogia atuação do governo no controle da inflação

Em discurso no Senado ontem, Walter Pinheiro (PT-BA) fez uma análise da economia do Brasil. O parlamentar elogiou a atuação do Banco Central e da presidente Dilma Rousseff no controle da inflação, que vem perdendo força, e na busca pelo crescimento do país.

Segundo o senador, nos últimos tempos, o país assistiu a uma "verdadeira avalanche nas leituras conjunturais sobre a economia". Algumas análises, disse Pinheiro, foram muito "açodadas". Ele admitiu que houve pressão inflacionária e apontou mudanças climáticas como um dos fatores que influenciam na inflação.

Para Pinheiro, o país precisa crescer com sustentabilidade. Ele disse que a política de crescimento não pode ficar limitada às desonerações tributárias. Em sua opinião, o país precisa de ações concretas e de maior capacidade de investimento local.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Pinheiro critica "análises açodadas" sobre as variações da inflação



Lia de Paula/Agência Senado

Senadora avalia que proposta elimina pendência entre governo e servidores

Em audiência, OAB diz que proposta reduz direito à defesa, enquanto AMB afirma que medida ajuda a combater impunidade

PEC dos Recursos coloca juízes e advogados em lados opostos

O DEBATE DE ontem no Senado sobre a Proposta de Emenda à Constituição 15/2011, mais conhecida como PEC dos Recursos, colocou em lados opostos a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB).

Numa audiência pública realizada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a PEC foi acusada pelos advogados de ferir o direito constitucional à defesa e apontada pelos juízes como esperança para diminuir a impunidade.

A proposta de emenda constitucional limita a apresentação de sucessivos recursos judiciais. O objetivo é evitar que os condenados consigam o adiamento do cumprimento da pena (*leia mais no texto abaixo*).

Direito à defesa

Para o presidente do Conselho Federal da OAB, Marcus Vinicius Coêlho, a PEC dos Recursos fere o princípio da presunção da inocência e o direito à ampla defesa.

Além disso, segundo ele, é uma questão que já está sendo discutida no âmbito da reforma do Código de Processo Civil (CPC), que passou no Senado e agora está sendo avaliada pela Câmara dos Deputados.

— Não se pode alterar a Constituição a todo e qualquer momento. Vivemos um período de estabilidade constitucional nestes últimos 25 anos. Isso deve ser discutido no âmbito do CPC, que voltará ao Senado no mês que vem. Seria mais adequado implantar o CPC, pôr em efetividade. Se ele não der conta,



Presidente da OAB, Marcus Vinicius Coêlho, presidente da CCJ, Vital do Rêgo, e presidente da AMB, Nelson Calandra

poderemos analisar alteração na Constituição — opinou.

Segundo Coêlho, há uma cobrança muito grande sobre o Legislativo quanto à celeridade processual, mas o Judiciário precisa fazer sua parte. Ainda de acordo com ele, o Judiciário precisa se organizar e espalhar seus recursos, concentrados na cúpula, para as pequenas comarcas.

— O dinheiro que vai para o Judiciário é mal aplicado, fica encastelado nos tribunais, em gastos absurdos na cúpula dos tribunais, e o dinheiro não é espalhado onde a população se encontra, nas varas e comarcas — afirmou.

O representante da OAB criticou também a postura da advocacia pública, que “recorre de tudo”, e a existência dos “juízes TQQs”, que só trabalham às terças, quartas e quintas-feiras, nas pequenas comarcas do interior do Brasil.

— É preciso haver mudanças culturais, estruturais e jurídica. Isso virá com a reforma do CPC, sem tirar do cidadão, principalmente em matéria penal, o direito a recurso. Não há bem maior que a liberdade. Somos um país que acredita na liberdade

da pessoa — argumentou o advogado.

Impunidade

O presidente da AMB, Nelson Calandra, afirmou que o volume de recursos na análise de processos pelo Judiciário traz impunidade e risco de morte aos juízes.

Calandra disse que a magistratura é a favor do fim da impunidade. Para ele, que defendeu a PEC dos Recursos, o Senado pode resolver o problema da violência no Brasil.

De acordo com Calandra, as recentes manifestações populares indicam que o Brasil precisa mudar a lentidão na Justiça. Ele citou vários exemplos, entre os quais o assassinato do juiz Alexandre Martins, morto há dez anos no Espírito Santo — crime cujos mandantes ainda não foram julgados.

— A fase de pronúncia no júri é uma fase que leva a perplexidades e a retardamentos injustificados — afirmou.

De acordo com o presidente da OAB, o texto original, de autoria do senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES), já era inconstitucional, porque tirava da parte o direito ao recurso e dava o direito a uma ação rescisória.

O substitutivo, apresentado pelo relator, senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), seria mais claramente contra a Constituição, porque, segundo Furtado, o texto mantém o direito ao recurso, mas diz que ele não impede o trânsito em julgado da ação.

— O trânsito em julgado diz respeito à inexistência do recurso. É da natureza do trânsito em julgado. É algo como, por exemplo, colocar na Constituição federal que o direito de propriedade não significa o direito de propriedade — explicou.

O advogado disse ainda que o novo Código de Processo Civil, já aprovado pelo Senado e que tramita na Câmara dos Deputados, está criando sistemas inovadores para dar conta da questão de acúmulo de processos nos tribunais, sem criar questões inconstitucionais.

Ferraço lembrou que nenhum país civilizado do mundo tem um Judiciário com quatro instâncias, como ocorre no Brasil.

— Até 1988, havia três [instâncias]. Depois criaram mais uma, o STJ [Superior Tribunal de Justiça]. Agora, o Brasil é o único a ter quatro níveis de julgamento — destacou.

Legislativo e Executivo atrasam decisões judiciais, diz Dornelles

Francisco Dornelles (PP-RJ) discordou da afirmação de que o Poder Judiciário é o grande responsável pela lentidão no exame de processos. O conceito de lentidão do Judiciário foi expresso pelo presidente da OAB, Marcus Vinicius Coêlho.

Autor do requerimento para a realização da audiência na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o senador disse que o Legislativo e o Executivo são os maiores responsáveis pelo acúmulo de processos na Justiça.

— Não há lugar no

mundo com uma folha legislante [produção de leis] tão grande como no Brasil. E são leis malfeitas, leis que são feitas dentro de critérios que levam tudo em consideração, menos os aspectos jurídicos.

Ele questionou os convidados sobre como resolver o excesso de recursos do governo.

— É quase consenso que não são as inúmeras oportunidades abertas aos cidadãos de apelar de sentenças que travam o Judiciário, mas a quantidade de recursos impetrados pelo setor público.

Proposta evita que condenado adie cumprimento da pena

A PEC dos Recursos tramita na Comissão de Constituição e Justiça do Senado e tem como relator Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP). Originalmente, a proposta transformava os recursos extraordinário e especial — interpostos, respectivamente, ao STF e ao STJ — em ações rescisórias. Em vez do direito aos recursos, haveria o trânsito em julgado, e à parte interessada restaria apenas uma ação rescisória, que é uma ação autônoma, com o objetivo de desfazer os efeitos de sentença já transitada em julgado.

O substitutivo elaborado por Aloysio mantém o direito aos recursos, mas diz que não impedem o trânsito em julgado da sentença. Esse ponto foi criticado pelo presidente da OAB na audiência de ontem:

— Ora, trânsito em julgado significa que não cabe mais recurso. A Constituição não pode mudar a natureza das coisas. Não pode dizer que num pote de sal tem açúcar. Há coisas que não podem ser mudadas. Portanto, se comporta recursos, não há trânsito em julgado — afirmou Coêlho.

Casildo propõe reflexão sobre leis de combate às drogas

Casildo Maldaner (PMDB-SC) registrou mudanças em leis de outros países sobre consumo de drogas e a tendência em considerá-lo caso de saúde e não questão penal. Ele citou a legalização da maconha no Uruguai e a intenção dos Estados Unidos de reduzir a pena de prisão para usuários.

— É hora de analisarmos as mais diversas iniciativas, compará-las à realidade do Brasil e promovermos uma reflexão profunda, ou continuaremos perdendo vidas para esse mal que atinge todas as nações — concluiu.



Lia de Paula/Agência Senado

Lúcia Vânia destaca crescimento do trabalho da Ouvidoria

A ouvidora do Senado, Lúcia Vânia (PSDB-GO), destacou o crescimento do papel do órgão no atendimento às demandas da sociedade, especialmente após os protestos de junho. Ela observou que as solicitações feitas no mês passado representaram 25% do total, citando relatório de janeiro a julho (492 de um total de 1.938).

— O papel de uma Ouvidoria cresce no momento em que a população tenta nos dizer que há um bem-estar prometido que não existe para significativa parcela da população — afirmou.



Waldemir Borralho/Agência Senado

Aécio Neves quer garantir segurança do grupo AfroReggae

Aécio Neves (PSDB-MG) solicitou que o Senado peça ao Ministério da Justiça para garantir a segurança do coordenador do grupo cultural AfroReggae, José Junior, ameaçado em conversa telefônica entre os traficantes Fernandinho Beira-Mar e Marcinho VP no presídio de Catanduvas (PR).

— No Morro do Alemão, as instalações do AfroReggae foram atacadas e José Junior tem recebido ameaças de morte — destacou.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que seria feito contato com o ministro José Eduardo Cardozo para garantir a segurança do AfroReggae.



Alunos da rede escolar especial mantida pela Apae acompanham audiência pública na Comissão de Direitos Humanos

Apae pede que entidade não seja enfraquecida

Durante audiência pública, representantes de associações refutaram a ideia de universalização do atendimento escolar, na rede regular de ensino, aos estudantes com deficiência ou superdotação

REPRESENTANTES DO GOVERNO e das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes) discutiram ontem, na Comissão de Direitos Humanos (CDH), a possibilidade de enfraquecimento da atuação das entidades que oferecem educação especial às pessoas com deficiência. Isso poderia acontecer a partir da aprovação do novo Plano Nacional da Educação (PNE), em tramitação no Senado. Por causa do debate, uma audiência com o ministro da Educação, Aloizio Mercadante, e diretores da Federação das Apaes deve ocorrer na próxima semana.

O temor está relacionado ao relatório do senador José Pimentel (PT-CE) ao PNE (PLC 103/2012), aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Segundo o texto, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento

ou superdotação deve ser universalizado na rede regular de ensino.

Isso retiraria de entidades como Apaes e Pestalozzis a possibilidade de oferecer o atendimento especial substitutivo à educação escolar na rede regular, como pode ser feito hoje em dia. Além disso, restringiria o repasse de recursos a essas entidades a partir de 2016. Por isso, as Apaes defendem a manutenção da palavra “preferencialmente” na redação da Meta 4 do projeto sobre o PNE.

Durante a audiência, o presidente da Comissão de Educação (CE), Cyro Miranda (PSDB-GO), afirmou que, quando da análise na comissão, a redação do projeto aprovada pela Câmara será retomada. A relatoria deve ficar a cargo do senador Alvaro Dias (PSDB-PR), com quem ele debateu o assunto. Paulo Paim (PT-RS) também

quer a manutenção da palavra “preferencialmente” no texto. O projeto tramita atualmente na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Enquanto a reunião ocorria, o senador José Pimentel divulgou nota sobre as alterações à Meta 4 do PNE. Ele justificou a redação dizendo que o atendimento especial substitutivo à educação escolar na rede regular, ofertado por entidades como a Apae, não encontra amparo legal. O senador cita para isso a Convenção da Organização das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da qual o Brasil é signatário. O documento da ONU, segundo a nota, prevê o atendimento educacional para todas as pessoas, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, assegurando um sistema educacional inclusivo em todos os níveis.

Paim diz que Congresso já pode votar estatuto

O senador Paulo Paim (PT-RS) disse, na quarta-feira, que o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Projeto de Lei 7.699/2006) já foi amplamente debatido no Congresso Nacional e na sociedade. Para ele, a Câmara dos Deputados e o Senado já se encontram preparados para votar o documento, que, afirmou, ampliará os direitos das pessoas com

deficiência, de acordo com a realidade atual.

— Não podemos continuar com o debate indefinidamente. O momento é de consolidarmos o documento e irmos para o formato final — disse o senador, lembrando que as pessoas com deficiência, que são o sujeito do processo, foram ouvidas.

Paim lembrou toda a

trajetória do estatuto e explicou que o documento não será algo estático, podendo sempre ser revisto para melhor atender a necessidade da sociedade.

— Não podemos ter a pretensão de construirmos um documento legal perfeito, irreparável, mas posso dizer que avançamos muito em relação à legislação atual — concluiu.

Na pauta, comissão para assembleia dos países de língua portuguesa

Na presidência da sessão plenária de ontem, o senador Acir Gurgacz (PDT-RO) anunciou que a sessão do Congresso de terça-feira, às 19h, terá na pauta, além da apreciação dos vetos presidenciais, dois projetos de resolução do Congresso (PRNs). O de número 3/2009 cria uma comissão mista que irá tratar dos assuntos relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), enquanto o 1/2013 regulamenta a apresentação de emendas ao Orçamento pelas comissões resultantes do desmembramento da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, ocorrido em fevereiro.

De autoria do ex-deputado federal José Fernando Aparecido de Oliveira, o PRN 3/2009 determina que a Comissão Mista do Congresso Nacional de Assuntos Relacionados à CPLP será o órgão de ligação entre o Congresso Nacional e a Assembleia Parlamentar da CPLP. Entre suas competências, estão a apreciação e a emissão de pareceres aos tratados, acordos, atos internacionais, assim como todas as matérias de interesse da CPLP que venham a ser submetidos ao Congresso ou qualquer outro assunto relacionado à CPLP.

A comissão será composta por quatro deputados e dois senadores. Eles representarão o Congresso nas sessões da Assembleia Parlamentar da CPLP.

No Senado, a matéria teve parecer favorável do relator, João Vicente Claudino (PTB-PI). O texto foi aprovado pela Mesa em julho último. O relator considerou a criação da comissão um “instrumento competente e adequado” para representar o país junto à Assembleia da CPLP. Ele cita a justificação do autor, segundo a qual, a criação da comissão “dará eficácia às disposições dos estatutos da CPLP e conferirá uma maior dimensão” à representação brasileira na assembleia.

Para o relator, nova comissão contribuirá para maior visibilidade das ações da CPLP no Brasil

Já o PRN 1/2013, apresentado pela Mesa da Câmara no começo de julho, regulariza as emendas a serem apresentadas pela Comissão de Educação e pela Comissão de

Cultura daquela Casa, resultantes do desmembramento da Comissão de Educação e Cultura, em fevereiro. Cada comissão terá direito a três emendas de apropriação e três de remanejamento. A antiga comissão tinha direito a oito emendas, quatro de remanejamento e quatro de apropriação.

O projeto define ainda as áreas temáticas do Orçamento da União nas quais cada comissão poderá apresentar emendas. A proposta altera a Resolução 1, de 2006, do Congresso, que rege o funcionamento da Comissão Mista de Orçamento (CMO). Segundo a justificação apresentada, a proposta está de acordo com a lei orçamentária para o exercício de 2013.



Medida foi anunciada pelo senador Acir Gurgacz enquanto presidia a sessão

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portela

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretora-adjunta: Virgínia Galvez

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Leilão de petróleo com estrangeiros prejudica o país, afirma sindicato

Petrolíferas de outros países, alegam sindicalistas, não adquirem insumos da indústria nacional e optam pela terceirização da mão de obra

A ABERTURA DA exploração de petróleo a empresas estrangeiras, por meio dos leilões retomados pelo governo em maio, ameaça a soberania do país e prejudica os trabalhadores, devido à predominância de terceirização nas plataformas. A avaliação é das entidades sindicais que participaram ontem de uma audiência pública promovida pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) a pedido de Paulo Paim (PT-RS).

De acordo com João Antônio de Moraes, coordenador-geral da Federação Única dos Petroleiros (FUP), o petróleo responde por 40% da matriz energética brasileira e, como recurso estratégico, precisa estar sob controle da União. Segundo ele, a retomada dos leilões, suspensos desde 2008,



No debate, João Antônio de Moraes, da FUP, e Magda Chambriard, da ANP

está na contramão da tendência mundial de maior controle dos governos sobre as jazidas.

Das 11 maiores concessionárias que atuam no país, frisou Moraes, 9 são estrangeiras. Ele afirmou que, além de haver risco à soberania, a sociedade brasileira pouco ganha, pois

as empresas estrangeiras comercializam o petróleo in natura. Conforme explicou, são poucos e muito especializados os empregos nas plataformas, sendo que as oportunidades de trabalho estariam nas refinarias, na construção de navios e na indústria petroquímica.

Magda Chambriard, diretora-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), confirma: para cada emprego numa petroleira, cinco são gerados na indústria de transformação.

Os sindicalistas disseram que as empresas que ganharam lotes no leilão não produzem derivados no Brasil, não compram equipamentos de indústrias brasileiras e não encomendam navios a estaleiros do país.

— As empresas estrangeiras no Brasil importam pelo menos três vezes mais equipamentos que as nacionais. Aumentar a participação das estrangeiras vai reduzir, e muito, as oportunidades para a indústria nacional produzir equipamentos — frisou Jorge Venâncio, da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB).



Jorge Venâncio, da CGTB: empresa estrangeira importa equipamentos

Segundo ANP, contrato beneficia fornecedor nacional

A ANP atua de forma transparente e democrática e os leilões de petróleo são feitos de modo a beneficiar a sociedade, disse a diretora-geral da agência reguladora.

Magda Chambriard citou a política de conteúdo local — cláusula presente em todos os contratos e que obriga o empreendedor estrangeiro a adquirir de empresa brasileira todos os produtos e serviços de que precisa.

Ela ressaltou a importância de conhecer bem a atuação da agência e pediu a ajuda dos sindicatos, dos parlamentares e da sociedade para fiscalizar.

Jorge Venâncio, representante da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), discordou da diretora da ANP:

— Estamos vendo mais uma vez a tentativa de delegar ao capital estrangeiro o desenvolvimento do país. Para o povo brasileiro, não tem nenhuma vantagem.

Engenheiro: terceirizar facilita espionagem industrial

As entidades sindicais manifestaram preocupação com a tendência de terceirização no setor, tanto nas plataformas em lotes leiloados a empresas privadas, como na Petrobras, que hoje contrata 360 mil terceirizados.

— A terceirização vulnerabiliza a Petrobras, pois não mantém a tecnologia na empresa — disse Fernando Siqueira, vice-presidente da

Associação dos Engenheiros da Petrobras, alertando para o risco de espionagem industrial.

Conforme Siqueira e João Antônio de Moraes, da FUP, empregados terceirizados estão sujeitos a jornada de trabalho superior à de trabalhadores efetivos, não têm acesso a treinamento ou benefícios sociais e muitas vezes precisam buscar na Justiça o cumprimento de

direitos trabalhistas.

Os sindicalistas ressaltaram o grande número de acidentes de trabalho entre empregados com contratos temporários.

— Quem conhece as condições de trabalho no nosso país sabe que terceirizar é precarizar — disse Moraes.

O senador Paulo Paim lembrou que 90% dos acidentes de trabalho no Brasil envolvem mão de obra terceirizada.



Fernando Siqueira: terceirização deixa Petrobras vulnerável

Renan cobra nomes para comissão do trabalho escravo

O presidente do Senado, Renan Calheiros, comunicou ao Plenário que a PEC do Trabalho Escravo será enviada para análise de comissão especial criada para deliberar sobre a definição desse tipo de trabalho. Ele determinou que os líderes indiquem os membros do colegiado.

No final de junho, a PEC 57A/1999 foi aprovada na CCJ, mas só depois de acordo para criação da comissão, que discutirá também como serão os processos de desapropriação onde houver esse tipo de crime.



Renan enviou PEC à comissão criada para definir o que é trabalho escravo

Wellington Dias defende revisão de dívidas de agricultores

O líder do PT no Senado, Wellington Dias (PI), registrou encontro da presidente Dilma Rousseff com lideranças do partido no Nordeste, em que foi solicitada a revisão das execuções de produtores rurais endividados.

O senador lembrou que a região passou por “momentos duros” recentemente, por perdas causadas tanto pela estiagem como pelas enchentes.

Ele considerou fundamentais avanços como os propostos pelo senador Eunício Oliveira (PMDB-CE), relator da Medida Provisória 610/2013, entre eles a renegociação das dívidas com até 80% de desconto.

A chamada MP da Seca, transformada na Lei 12.844/2013, amplia o valor do Benefício Garantia-Safra para 2011-2012, aumenta o Auxílio Emergencial Financeiro relativo aos desastres ocorridos em 2012, autoriza a distribuição de milho para

venda a pequenos criadores e institui medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural.

A presidente da República rejeitou 85 itens do projeto de lei de conversão resultante da medida provisória.

Os vetos serão apreciados na próxima sessão do Congresso Nacional, prevista para terça-feira.

Nas galerias do Plenário, representantes de agricultores, em defesa da derrubada dos vetos, aplaudiram o discurso do senador.



Líder do PT relatou encontro de Dilma com lideranças do Nordeste

Kátia Abreu acusa empresa de fazer propaganda enganosa

Kátia Abreu (PSD-TO) criticou ontem o frigorífico Friboi, que em propaganda afirma produzir a “única carne boa e que é garantida no Brasil”. Para ela, a empresa estaria praticando propaganda enganosa, uma vez que centenas de marcas de carne também possuem o certificado do Serviço de Inspeção Federal (SIF), que assegura a qualidade do produto.

Na peça veiculada em televisões, rádios e impressos, um ator recomenda a consumidores que se certifiquem de que a carne que estejam comprando no supermercado é da marca Friboi, porque só ela teria garantia de qualidade. Para a senadora, a propaganda deprecia o carimbo brasileiro de inspeção e prejudica a imagem do país no mercado internacional.

Kátia Abreu explicou que toda carne passa por inspeção de autoridades. Uma vez conquistado o selo, a qualidade daquela carne é

igual à de qualquer outra marca certificada. A senadora disse aplaudir a oportunidade e o enriquecimento de qualquer empresa, mas não aceitar um “capitalismo sujo e destrutivo”.

— Diga que a sua carne tem boa qualidade, mas não diga que é a única que o povo pode comer. Eu quero dizer a vocês, brasileiros de todas as classes sociais: tenham confiança na carne brasileira, porque são fiscalizadas — afirmou ela, que preside a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).



Para senadora, há centenas de marcas com selo de qualidade

Acordo permitirá a votação de PECs sobre fundos de participação

Comissão de Constituição e Justiça avalia duas propostas que alteram a forma de compensação da União a estados e municípios

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve votar, separadamente, duas propostas que alteram a forma de compensação financeira da União a estados e municípios. O acerto foi negociado na quarta-feira entre o presidente da CCJ, Vital do Rêgo (PMDB-PB), e os senadores por Minas Gerais Aécio Neves (PSDB) e Clésio Andrade (PMDB), autores, respectivamente, das PECs 31 e 33/2011.

Até julho, as duas propostas tramitavam em conjunto com outras nove correlatas (PECs 65, de 2005; 17, de 2007; 9, 12, 20, 23 e 35, de 2009; 125, de 2011; e 2, de 2012). No entanto, requerimento de Clésio aprovado pelo Plenário do Senado autorizou o desmembramento da PEC 33/2011 das demais. A PEC 31/2011 continuou na tramitação conjunta e teve a aprovação recomendada — com a rejeição das outras propostas — pelo relator, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

Na reunião de quarta-feira, Vital sugeriu a compatibilização dos pareceres das duas matérias — a PEC 33/2011 conta com voto favorável de



Aécio propõe ressarcimento por perda em impostos que compõem fundos

Gim (PTB-DF). A intenção seria ter uma decisão final unificada da comissão sobre ambas, por tratarem de mudanças nos repasses de recursos federais para os Fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM). Entretanto, Clésio convenceu Vital a votá-las separadamente, pelo fato de terem conquistado tramitação autônoma.

A PEC 31/2011 estabelece a obrigatoriedade de a União ressarcir estados e municípios por perdas orçamentárias



Proposta de Clésio objetiva aumentar repasses para os municípios

decorrentes da concessão de subsídios ou isenção de impostos que contribuam para as receitas do FPE e FPM. Essa compensação financeira alcançaria ainda a concessão de crédito presumido, anistia, remissão, favores fiscais ou qualquer outro benefício de natureza tributária, relativo a impostos ou contribuições compartilhados entre os entes federativos.

Apesar de admitir a adoção de isenções e subsídios destinada a impulsionar a atividade

econômica, Aloysio considerou injustificável a União transferir a estados e municípios parte do ônus gerado pela medida. “Compete tão somente ao ente tomador da decisão arcar com as eventuais consequências deletérias sobre a arrecadação tributária”, afirmou.

Já a PEC 33/2011 aumenta em 3,5 pontos percentuais a participação do FPM sobre o produto da arrecadação da União partilhada com os demais entes federativos. Gim concordou com a proposta de revisão dos repasses ao fundo por considerar injustificável que os municípios, responsáveis pelo atendimento de serviços públicos básicos e imediatos à população, tenham tão poucos recursos. “Acreditamos que o aumento proposto de 3,5 pontos percentuais no FPM deve representar alívio para a situação fiscal dos municípios e melhorar a repartição tributária entre os entes federativos”, afirma.

Se aprovadas pela CCJ, ambas terão de passar por dois turnos de votação no Plenário do Senado antes de seguir para a Câmara dos Deputados.

Gurgacz: continuidade de obras em estradas de Rondônia

Acir Gurgacz (PDT-RO) afirmou que obteve notícias positivas sobre o andamento das obras nas rodovias que cortam Rondônia, em reunião com o diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), general Jorge Fraxe.

De acordo com Gurgacz, o Dnit comprometeu-se a dar andamento na licitação para construção das multivias em Vilhena (RO) e dar a ordem de serviço, nos próximos dez dias, para a restauração da BR-364.

— É uma obra muito importante — destacou.

O senador disse que participará, hoje, de encontro com os ministros Ideli Salvatti, da Secretaria de Relações Institucionais, e Gilberto Carvalho, da Secretaria-Geral da Presidência da República, para tratar de situações que precisam ser agilizadas no estado, como o reinício das obras dos viadutos em Porto Velho e os repasses do governo federal aos municípios de Rondônia. Gurgacz afirmou ainda que a Comissão de Agricultura iniciou a discussão sobre a criação de um programa nacional de estradas vicinais, a ser feito por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Privatização de rodovia federal no Espírito Santo sofre críticas de Ferraço

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) discursou, quarta-feira, contra processo licitatório do Ministério dos Transportes para concessão à iniciativa privada da rodovia BR-262, que liga Vitória a Belo Horizonte.

Para o senador, há quatro aspectos no projeto que poderão inviabilizar a concessão e a operação da rodovia: cobrança de tarifas com subsídio cruzado; duplicação do trecho do território capixaba com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e gerenciamento pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit); eliminação de obras fundamentais com o objetivo de reduzir custos; e imposição de taxa de retorno elevada.

Ferraço disse que a tarifa com subsídios cruzados já é conhecida e reprovada pelos capixabas. Ele considerou inaceitável a cobrança de pedágio em dois postos no trecho capixaba e alertou que as obras de duplicação serão financiadas pelo Ministério dos Transportes.

— Os dois pontos de pedágio no território capixaba se prestarão a amortizar investimentos no território mineiro.



Proposta do senador autoriza a União a construir usina em RR

Mozarildo pede aprovação de projeto sobre hidrelétrica

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) defendeu ontem a aprovação de projeto de autoria dele que autoriza a União a construir uma usina hidrelétrica no Rio Cottingo, em Roraima. A área está dentro da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol, motivo pelo qual é necessária a autorização do Congresso.

O senador disse que o Projeto de Decreto Legislativo 2.540/2006, já aprovado pelo Senado, está parado na Câmara há sete anos. O motivo seria uma determinação, naquela Casa, para não aprovar projetos autorizativos. Apesar de não obrigarem o governo a realizar uma obra, esses projetos são considerados como pressão política.

— Nós estamos autorizando o governo a fazer quando tiver orçamento e quando for conveniente.

Aprovada urgência para texto que zera tributo do transporte

Os senadores aprovaram requerimentos propondo mudanças na tramitação de propostas que estão sendo discutidas no Senado.

Um dos requerimentos solicita regime de urgência para a análise do PLC 46/2013, que reduz a zero as alíquotas das contribuições sociais para o PIS-Pasep e a Cofins incidentes sobre os serviços de transporte público coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros.

O projeto, aprovado pela Câmara em junho, beneficia os serviços públicos prestados em regiões metropolitanas regularmente constituídas. A redução a zero das alíquotas para os serviços de transporte coletivo já está em vigor por causa da edição da MP 617/2013. A principal inovação da proposta aprovada pelos deputados refere-se à redução a zero das alíquotas de PIS-Pasep e da Cofins também do transporte aquaviário.

Outros requerimentos aprovados pelo Plenário ampliam o rol de comissões permanentes encarregadas da análise de outros projetos em tramitação no Senado.



Raupp pede mais atenção à infraestrutura de transportes no país

Para Valdir Raupp, burocracia emperra iniciativas de logística

A falta de condições adequadas de escoamento de safras compromete a competitividade da agricultura e da pecuária, afirmou Valdir Raupp (PMDB-RO). O senador pediu atenção à infraestrutura de transportes no Brasil.

— Não basta lançar programas alvissareiros de investimento se a burocracia emperra tudo. O Brasil travou. Precisamos agilizar esse desbloqueio, retirar essa trava de nossos ministérios para que nossa logística possa melhorar — disse.

Raupp destacou a importância das obras de restauração da BR-364 e pediu que elas sejam seguidas pela duplicação da estrada. Também cobrou a execução da dragagem do Rio Madeira e afirmou que a ponte planejada para Guajará-Mirim (RO) consiste em dívida centenária com a Bolívia.



Licitação do Canal de Xingó beneficia o Nordeste, diz o senador

Valadares anuncia investimentos em infraestrutura e turismo

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) comemorou na quarta-feira a assinatura de acordos que levarão investimentos em infraestrutura e turismo para o Nordeste. O senador fez um balanço do Seminário de Desenvolvimento Regional e Turismo no Nordeste, promovido pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), presidida por ele.

A autorização para licitação do anteprojeto da primeira etapa do Canal de Xingó, no valor de R\$ 6,7 milhões, foi assinada pelo ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra Coelho, e pelo governador interino de Sergipe, Jackson Barreto. Também foram firmados acordos entre o Ministério do Turismo, o governo de Sergipe e a Prefeitura de Aracaju.